COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.645, DE 2004

Dispõe sobre bloqueadores de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências

Autor: Deputado Carlos Nader

Relator: Deputado Gilberto Nascimento

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 3.645, de 2004, oferecido pelo nobre Deputado Carlos Nader, propõe que seja obrigatória a instalação de dispositivos bloqueadores de sinais de telefonia celular e rádio-comunicações nos presídios e casas de detenção.

A proposta se materializa por meio da alteração do art. 4º da Lei 10.792, de 2003, que já prevê a obrigatoriedade da instalação dos bloqueadores nos estabelecimentos penitenciários, especialmente os destinados ao regime disciplinar diferenciado.

Dessa forma, o Projeto de Lei em análise propõe a extensão da obrigatoriedade aos presídios e casas de detenção, além dos estabelecimentos penitenciários originalmente previstos. Além disso, introduz especificações técnicas detalhadas dos equipamentos que serão utilizados para bloqueio dos sinais, por meio dos incisos I a VII introduzidos ao art. 4º da Lei 10.792, de 2003.

O autor considera em sua justificativa que a sociedade brasileira convive com a insegurança pública gerada pelo avanço da marginalidade em todos os segmentos, e que o uso de telefones por parte dos

presidiários tem permitido organizar seqüestros e gerenciar quadrilhas de marginais de dentro dos estabelecimentos prisionais, o que seria minimizado com a instalação de dispositivos bloqueadores de celulares.

Não foram oferecidas emendas nos prazos regimentais.

Cabe a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicações e Informática se manifestar sobre os aspectos tecnológicos da matéria.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente é importante assinalar a premência da matéria tratada pelo Projeto de Lei ora em análise, haja vista as constantes demonstrações de arrogância dos marginais, que utilizam as modernas tecnologias de comunicação para gerenciar quadrilhas e organizar operações criminosas de dentro dos estabelecimentos prisionais aos quais estão confinados.

Entretanto, consideramos que os detalhamentos técnicos introduzidos pelo Projeto de Lei estariam melhor posicionados na legislação infra-legal dos órgãos responsáveis pela regulação do setor de telecomunicações e pela administração penitenciária.

Além disso, consideramos espantoso que, passado mais de 1 ano e meio da publicação da lei que determina a instalação dos bloqueadores nos presídios, muito poucos, senão nenhum, dos estabelecimentos dessa natureza tenham promovido a instalação dos dispositivos bloqueadores.

Sendo assim, optamos por oferecer um Substitutivo no qual mantivemos o mérito do Projeto de Lei apresentado, e promovemos alterações com vistas a adequá-lo a boa técnica legislativa – retirando os detalhamentos técnicos – e introduzindo o prazo de 6 (seis meses) para que os estabelecimentos relacionados promovam a instalação dos bloqueadores.

De toda a forma, consideramos que o texto original da Lei 10.792, de 2003, já seria suficiente para coibir esse tipo de abuso da tecnologia em prol do crime organizado. Entretanto, como verificamos que não foi cumprida, entendemos importante a alteração para torná-la mais rigorosa, principalmente em relação aos prazos de sua execução.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.645, de 2004, na forma do Substitutivo que ora oferecemos.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Gilberto Nascimento

Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.645, DE 2004**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de sinais de telefonia celular e rádio-comunicação em presídios, casas de detenção e cadeias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de sinais de telefonia celular e rádio-comunicação em presídios, casas de detenção, cadeias e distritos policiais.

Art. 2º O art. 4º da Lei n.º 10.792, de 1 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Os estabelecimentos penitenciários, presídios e casas de detenção, disporão, dentre outros equipamentos de segurança, de bloqueadores de telecomunicação para telefones celulares, rádio-transmissores e outros meios, definidos no art. 60, §1º da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

Parágrafo único. Os dispositivos a que se refere o caput obedecerão as normatizações técnicas estabelecidas pelos órgãos responsáveis pelo setor de telecomunicações e pela administração penitenciária e deverão ser instalados em todos os estabelecimentos penitenciários, presídios e casas de detenção no prazo de 6 (seis) meses contados a partir da data de publicação desta lei.”(N.R.)

Art. 3º Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Gilberto Nascimento

Relator